

Herança e gargalos seguram o crescimento

**Roberto Rockmann e
Débora Guterman**
De São Paulo

Difícilmente, a economia brasileira assistirá durante esses quatro anos a um “espetáculo de crescimento”, com taxas superiores a 4% ao ano a partir de 2004. A herança recebida do governo anterior, a necessidade de uma solução rápida dos gargalos internos de infraestrutura e as negociações internacionais são dúvidas que pesam sobre as previsões futuras. Além do mais, o desemprego em alta e a queda na produção industrial estão derrubando a atividade.

“Estamos em recessão, a economia ainda deve perder ritmo”, diz o vice-presidente da Sul América Seguros, Walter Mundell. Para ele, o país deve crescer entre 1,5% a 1,6% esse ano. A indústria só deve se recuperar do tombo sofrido no último trimestre.

O economista da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo afirma que a economia real caminha para a recessão. Há um mês, ele trabalhava com a mesma taxa revista pelo Banco Central para o crescimento do PIB, em 1,5%. Agora, estima ex-

pansão entre 0% e 1%.

“Não adianta ter crescimento positivo — e provavelmente vai ter, nas estatísticas — se, de fato, na melhor hipótese, a economia vai ficar estagnada”. O economista faz também uma dura crítica à política cambial. Na sua avaliação, a valorização do câmbio compromete o equilíbrio da economia. “É uma imprudência permitir uma valorização da taxa de câmbio como ocorre agora, porque estamos comprometendo a trajetória da economia a médio e longo prazo e o objetivo de nos aproximarmos de uma redução expressiva do déficit em conta corrente.”

Pelos seus cálculos, a taxa efetiva de câmbio está no nível de outubro de 1998, portanto, período anterior ao da desvalorização do câmbio em 1999. Essa situação já está afetando as importações de bens intermediários e vai prejudicar as exportações, projeta. A taxa de câmbio adequada estaria em torno de R\$ 3,50 e R\$ 3,60 — com a que a economia poderia crescer minimamente e, ao mesmo tempo, equilibrar ou reduzir o déficit em conta corrente.

De forma sustentada a expan-

são do país só poderia atingir 3% a 3,5% nos próximos anos, disse Mundell. “As reformas tributária e previdenciária, da forma que estão postas, perdem oportunidades e podem criar obstáculos.”

A harmonização das alíquotas de ICMS e a transformação da CPMF em tributo permanente são exemplos, para ele, de que a carga pode aumentar e o custo de crédito deve continuar alto.

O ex-presidente do BNDES e professor da UFRJ Antônio Barros de Castro diz que o país está se inclinando para um cenário de crescimento restringido nos próximos anos, em que a expansão ficaria entre 2% a 4% ao ano. Um gargalo que complica a retomada são os impasses no setor de infraestrutura. Só quando houver solução para a crise de regulação, o fluxo de capital poderá voltar.

Outra indagação que fica é o impacto que as discussões da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) terão na economia brasileira. “Traz muita incerteza sobre os investimentos, porque as empresas podem preferir esperar para ver qual o significado real do acordo. Isso cria um efeito paralisante de

investimento no curto prazo”, destaca Barros de Castro.

O deputado federal (PPB-SP) Delfim Netto elogia a decisão do governo de elevar a meta central de inflação em 2004 para 5,5%. Segundo ele, ela será atingida com tranquilidade pelo país.

“É possível que tenhamos uma pequena recuperação no segundo semestre, mas nada grande”, afirmou Delfim. “O avanço do crescimento será pequeno e lento, nada espetacular”, frisa.

O ex-diretor da área internacional do BC Daniel Gleizer lembra que boa parte das dificuldades se deve ao fato de que muitas mu-

danças dependem do Congresso. Como medidas amargas foram tomadas recentemente para reduzir a inflação, pode haver grande frustração com o novo governo, o que torna a equação ainda mais difícil. Mundell, Delfim, Castro e Gleizer estiveram ontem em evento da Internews, que discutiu “Os Desafios para a retomada do crescimento.” Belluzzo participou de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em São Paulo.

Todos concordaram que a inflação vem dando sinais de que está sob controle, o que permite que os juros caiam. Mundell crê em Selic de 19% no fim do ano.

61 JUL 2003